



VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aprovado em sessão
ordinária de
21 Nov. 2016

ulman.
[Signature]

ATA N.º 07/2015

Ao vigésimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros, Presidente da Assembleia Municipal, Maria do Rosário Papafina Proença como Primeira Secretária, Alexandre Hermínio Drago Madeira, como Segundo Secretário,** e os membros eleitos das bancadas do **PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA,** nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, Maria Alexandra Martins do Livramento, António José Cardoso Gomes, David Miguel Vasques da Silva, Lara Sofia Vairinhos Rosa, Armando José Parra da Silva, Jorge Manuel dos Santos Pinto, Maria da Conceição Freitas Granado, Luis Miguel Guerreiro Romão, José Roberto Leitão Guerreiro, Manuel da Conceição António, Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro, Rosa Maria Baptista Ribeiro Cabrita, Joaquim Luis Pena, Rui João Gutierrez Setúbal, Albertina da Piedade Fernandes Madeira, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Luís Manuel Negrão Vargas e José Manuel Modesto Dourado,** e conforme Edital de 17 de dezembro de 2015, reuniu em sessão **EXTRAORDINÁRIA,** a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

ABERTURA DA SESSÃO: A 1ª. Secretária procedeu à chamada. No **PSD** registou-se a ausência de **Miguel Moreira da Costa** que foi substituído por **António José Cardoso Gomes.** Na bancada do **PS,** **Ricardo José Madeira Cipriano** foi substituído por **Rosa Maria Baptista Ribeiro Cabrita** e **Luis Manuel da Rosa Fernandes** substituído por **Joaquim Luís Pena Vasques** Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão.-----

Passou-se ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, começando o mesmo com o ponto:-----

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES; - O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos processos remetidos, para conhecimento, pela Câmara Municipal a esta Assembleia, nomeadamente: -----

- **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELETROTÉCNICA 2014- RENOVAÇÃO 2015/2016 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM ESPECIAL INCIDÊNCIA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E EMPREENDEDORISMO – RENOVAÇÃO 2015/2016 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA AO MUNICÍPIO DE VRSA;** -----

- **INFORMAÇÃO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA SGU EM JUNHO DE 2015.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu ainda conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente: -----

- E-mail do Instituto Nacional de Estatística a informar da disponibilização de um novo documento na área destinada ao retorno de Informação; -----

- Três e-mails do grupo Parlamentar do Partido Comunista Português – um dirigido ao Ministro da Saúde a perguntar sobre a Integração nos quadros do Ministério da Saúde de uma centena de profissionais de saúde, outro dirigido ao Ministro da Economia a perguntar sobre a exploração de gás natural no Algarve e o terceiro com uma pergunta sobre os Transfers no Aeroporto de Faro; -----

- Ofício do Município de Faro a dar conhecimento da proposta daquela Câmara sobre a Suspensão das Demolições de habitações na Ria Formosa; -----

- Ofício da CPCJ a dar conhecimento da obrigatoriedade de todos os membros designados por esta AM para fazerem parte daquela Comissão, de entregarem, com a brevidade possível, o seu registo criminal. -----

Foram distribuídas pelas bancadas cópias de todos os documentos atrás descritos.-----

2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2016; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por MAIORIA em reunião de Câmara de 29 de outubro, com as abstenções dos Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. A mesma foi aprovada por MAIORIA com as abstenções das bancadas do PS, CDU e BE. -----

univ.
9

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por MAIORIA em reunião de Câmara de 17 de dezembro, com os votos contra dos Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz.-----

José Manuel Modesto Dourado disse considerar que o assunto é muito grave e citou algumas passagens do ofício da DGAL relativamente à apreciação do orçamento, nomeadamente sobre a dívida, o aumento e acumulação da mesma e acumulação dos pagamentos em atraso. Perguntou o porquê do aumento da dívida e se ao fazer contenção da mesma isso significaria despedimentos de funcionários autárquicos. Lembrou os valores máximos das taxas aplicadas pela autarquia e que assim terão de se manter durante muitos anos, que o que se está a passar no concelho é muito grave e que todo o executivo e deputados da Assembleia de maioria PSD são os responsáveis pela situação. Perguntou: *“O que dirão aos vossos filhos e netos quando eles vos perguntarem o porquê de haver parquímetros, da água ser tão cara com os serviços entregues a privados, de pagarem taxas aos preços máximos, entre outras coisas? Todas as decisões tomadas por este executivo estão a hipotecar as futuras gerações do concelho”*. -----

António Filipe Parra Martins apresentou uma Declaração Política que fica apensa a esta Ata.

Rui João Gutierrez Setúbal informou não ter tido oportunidade de apreciar convenientemente o parecer da DGAL na medida em que o recebeu por mail às dezasseis horas, aproximadamente mas que o mesmo não é muito distinto do parecer que acompanha o orçamento inicial. Referiu que existe um primeiro orçamento que incumprir uma série de normas a nível do equilíbrio orçamental e a nível de outras condições estabelecidas, por força daquilo que a Câmara Municipal foi obrigada a fazer com o recurso ao PAEL, ao Reequilíbrio Financeiro e agora com o recurso que se pretende fazer ao FAM e que na análise ao documento atual existem algumas questões que reforçam as preocupações já aqui manifestadas e às quais acrescentou uma sobre responsabilidades contingentes de quarenta e quatro potenciais situações de crédito que não estão reconhecidas na dívida o que significa mais quatro milhões e oitocentos mil euros. Frisou que estes são processos que se encontram em Tribunal e que a haver decisão desfavorável ao Município agravará ainda mais esta situação financeira tal como é reconhecido neste documento da DGAL, e acrescentou: *“Há também um conjunto de situações que não foram respeitadas a nível de limites sobre endividamento e na parte da despesa há outra nota que penso ser importante, que é atendendo ao peso dos juros e outros encargos, e estou a ler, seria de todo desejável a*

procura de soluções que permitissem reduzir a fatura de juros a pagar que no orçamento de 2016 surge com um valor de 6,2 milhões de euros, verba bastante elevada para a autarquia na atual situação. Seria de equacionar igualmente a contensão nas despesas de aquisição de bens e serviços. Estas duas notas vêm de encontro ao que o PS já chamou a atenção várias vezes. A autarquia já disse em diversas situações que existe redução na despesa mas este relatório diz o contrário e vem reforçar isso mesmo quando refere os aumentos do limite do endividamento, o atraso sistemático e cada vez mais no pagamento a fornecedores”. -----

Opinou ainda que este tipo de atuação está contra a Lei dos Compromissos. -----

António Manuel Cipriano Cabrita disse: *“Nós, PSD, acabámos por fazer no concelho aquilo que a equipa do atual Governo se propõe fazer a nível nacional porque, pese embora algum agravamento do endividamento que tem outras razões que se explicam, como a crise e as receitas não concretizadas, esta equipa municipal não deixou de cumprir com as suas obrigações e de dar resposta às situações. Esta equipa mudou a cara de Vila Real e há de continuar a procurar alternativas e soluções de resolução para a evolução do concelho”. -----*

Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS, CDU e BE**. -----

As bancadas do **PS** e do **BE** leram e entregaram Declarações de Voto. A bancada da **CDU** informou que a sua Declaração de Voto é a Declaração Política anteriormente apresentada e que respeita aos pontos 2,3,4,5,6,7 e 8 da Ordem de Trabalhos. -----

4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;

- Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 17 de dezembro, com os votos contra dos Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz. -----

José Manuel Modesto Dourado disse ser contra a privatização e o **BE** também e acrescentou: *“A água é um bem essencial e um direito universal. Nunca poderia imaginar que a terra onde nasci e vivo, um dia, iria abrir as portas à privatização do abastecimento de água. A estratégia deste executivo ficará para a história deste município pela negativa”* e perguntou: *“Como é possível, pessoas de Vila Real de Santo António, quererem privatizar tudo? Qualquer serviço privado terá agravamento nos preços a praticar”*. Informou que a Declaração de Voto a apresentar neste ponto será similar à do ponto 8. -----

Rui João Gutierres Setúbal sublinhou que neste processo há duas questões, a política de se ser ou não contra a privatização do serviço da água e o facto de um documento desta

natureza e dimensão, que irá ter repercussões futuras no orçamento das famílias e do município, merecer uma análise detalhada e explicações mais amplas com uma informação mais consubstanciada e objetiva, e acrescentou: *“Da nossa parte, o documento não mereceu qualquer análise porque dada a sua dimensão era impossível fazê-la. Politicamente iremos votar contra. Não podemos deixar de referir que este documento mereceria outro tipo de debate e discussão dentro dos órgãos autárquicos e nomeadamente nos partidos políticos que representam a oposição democrática à maioria PSD”*. -----

José Manuel Modesto Dourado disse concordar com **Rui Setúbal** e que considera que para além da discussão do orçamento programada para esta Assembleia Municipal Extraordinária, existem outros pontos bastante extensos que, pelo seu conteúdo, necessitavam de mais tempo para serem estudados. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu: *“Ninguém vai privatizar a água e ainda menos o seu abastecimento que é feito pelas Águas do Algarve. A bancada do PS e da CDU tiveram semanas para analisar os documentos e, por conseguinte, tempo para uma reflexão da matéria em causa”*. Esclareceu ainda que o preço da água, nos próximos anos, no quadro do concurso que é lançado para concessão, está estabelecido na candidatura ao POVT – programa Operacional da Valorização Territorial que concretizou as obras, e acrescentou: *“Este executivo apresenta aqui um concurso que, ao ter sucesso, significa o pagamento de dívida da Câmara Municipal, dívida para fazer obra que há muito deveria ter sido feita no concelho. Isto é a procura de soluções financeiras para a questão da dívida”*. Deu alguns exemplos de obras efetuadas no concelho, como as de saneamento básico, arranjos em casas de munícipes onde chovia, a resolução da dragagem de águas para o Rio Guadiana, entre outras. Disse ainda que aquilo que o município está atualmente a fazer é uma autêntica política de esquerda que nunca ninguém teve a coragem de fazer, ou seja a socialização das mais-valias dos usos dos solos, nomeadamente adquirir solos, transformá-los em Plano de Pormenor para que o valor do solo não vá para os privados e fique nos cofres do município, e acrescentou: *“ Nós poderíamos reduzir a dívida da Câmara Municipal reduzindo um conjunto de políticas sociais mas isso não vamos fazer”*. -----

David Vasques da Silva dirigiu-se a **José Dourado** e afirmou: *“Quando coloca a questão de como é que pessoas de Vila Real vão assumir a responsabilidade perante os filhos relativamente ao que foi feito no concelho, eu direi aos meus filhos que somos responsáveis por aquilo que fazemos, que fomos eleitos democraticamente e que vamos continuar no exercício de cidadania que aqui nos trouxe a fazê-lo e que não defendemos propostas com*

leviandade". Recordou as péssimas condições em que anteriormente as pessoas eram veladas em VRSA, deu exemplos de grandes melhorias a nível do concelho como as entradas do mesmo, a Estrada da Mata e as infraestruturas, entre outras, e acrescentou: "Chegámos cá há dez anos a entrar numa das piores crises para Portugal e para a Europa. Todo o investimento feito foi à custa de dívida. Fazemos aquilo em que acreditamos e o que achamos que é melhor. Temos como ideal a qualidade de vida das pessoas". -----

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança dirigiu-se a **José Dourado** e disse: "A vossa política é contra as privatizações, a nossa não, e por isso aplicamos o nosso plano. Em relação àquilo que dizemos aos nossos filhos é que fizemos o melhor para melhorar o concelho". -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação. A mesma foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS, CDU e BE**. -----

O **PS** entregou Declaração de Voto. O **BE** entregou Declaração de Voto referente aos pontos 4 e 5. -----

5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECOLHA DE OBJETOS VOLUMOSOS E RESÍDUOS VERDES, LAVAGEM DE CONTENTORES, LIMPEZA URBANA, DE PRAIAS E RIBEIRAS NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E NAS FREGUESIAS DE CASTRO MARIM E DE ALTURA, AMBAS DO CONCELHO DE CASTRO MARIM; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 17 de dezembro, com os votos contra dos Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz. **José Manuel Modesto Dourado** informou que o **BE** votará contra esta proposta por razões similares à votação da proposta anterior. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS, CDU e BE**. -----

A bancada do **PS** leu e entregou Declaração de Voto. -----

6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DOS POLIDESPORTIVOS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 17 de dezembro, com as abstenções dos Vereadores David Murta e Luis Salas e o voto contra do Vereador José Cruz.-----

António Filipe Parra Martins considerou que há questões relativas a opções que a direita tomou ou está a tomara que, a não serem respondidas agora, terão resposta daqui a alguns

meses ou anos. Deu como exemplo a privatização do espaço público para a construção de novos polidesportivos quando o Polidesportivo do Complexo Desportivo continua por acabar e sem utilização, e acrescentou: *“De facto, o que estamos aqui a falar é muito preocupante. Noutros concelhos do país e mesmo noutros países houve privatização dos serviços da água e atualmente chegou-se á conclusão que é necessário resgatar esses setores para a esfera do Estado.* -----

Rui João Gutierrez Setúbal frisou que a sua intervenção respeita aos pontos 6 e 7, que a bancada do PS vai abster-se e que ao olhar para a cidade como um todo se pode constatar que se está a colocar mais uma unidade hoteleira numa zona já com muitas valências, sem se ter consciência do reflexo que a mesma pode ter a nível das unidades hoteleiras já existentes em Monte Gordo. Referiu que esta é uma teoria do urbanismo que parece trazer muita centralização de equipamentos e acrescentou: *“Aquilo que se procura hoje nas cidades é diversificar, distribuir os equipamentos para não criar polos que sejam muito atrativos e que esvaziem os outros locais de comércio da cidade. Este é um erro de conceção antigo e que agora está a ser retomado”.* -----

José Manuel Modesto Dourado informou que, no ponto 7, apresentará uma Declaração de Voto respeitante aos pontos 6 e 7 e informou subscrever o que foi dito por **António Martins**. O **Presidente da Câmara Municipal** dirigindo-se às bancadas da oposição disse: *“O que fica para a História é que os senhores de esquerda votaram desfavoravelmente os cuidados de saúde no serviço de oftalmologia aos munícipes e que já votaram e vão votar hoje contra esta proposta que representa uma estimativa de criação de 80 a 100 postos de trabalho. Os factos não correspondem às vossas palavras”.* A **Rui Setúbal** disse que a teoria apresentada por ele não está correta e explicou o que era a Teoria da Unidade de Vizinhança que existia nos anos 50 e que em nada corresponde àquilo que está a ser feito. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas da **CDU** e do **BE** e a abstenção dos membros das bancada do **PS**.-----

7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PARA A CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO NO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - Presenta a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 17 de dezembro, com as abstenções dos Vereadores David Murta e Luís Salas e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas da **CDU** e do **BE** e a abstenção dos membros das bancada do **PS**.-----

O **BE** apresentou Declaração de Voto e o **PS** leu e entregou Declaração de Voto para os pontos 6 e 7. -----

8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ADITAMENTO AO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO EM MONTE GORDO; -

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por UNANIMIDADE em reunião de Câmara de 17 de dezembro. -----

José Manuel Modesto Dourado perguntou se o valor de venda deste terreno está adequado e se o terreno se destina a construção, reafirmou que se trata mais uma vez de uma alienação de património municipal e que o **BE** votará contra porque tem muitas dúvidas neste ponto. -----

António Manuel Cipriano Cabrita disse que quem determina o valor dos terrenos é o mercado. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que nas zonas de habitação a integrar do plano Diretor Municipal não vincula qualquer tipo de usos, vincula apenas o limite de construção. --

Vanda da Encarnação Matias Fernandes opinou que no que concerne à justificação do Presidente da Câmara Municipal para as alienações, não há empresa que compre terrenos ou obtenha estas concessões sem ter por objetivo o lucro. Perguntou se não seria bom que fosse a Câmara Municipal a fazer a exploração destas coisas para obter os lucros e com ele fazer a socialização dos resultados. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu a **Vanda Fernandes** que a **CDU** votou contra a criação da empresa municipal, que sem a criação da **SGU** nunca teria sido possível recorrer ao financiamento ao **POVT** e que o custo dos juros por não abatimento seriam superiores e poderiam anular os proveitos resultantes de uma gestão direta. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra do **BE** e da **CDU**. -----

A bancada da **CDU** entregou Declaração de Voto. -----

9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º 1/70 EM NOME DE “ALDEAMENTO

uimn. B

TURÍSTICO DO MONTE FINO, LDA.”; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por UNANIMIDADE em reunião de Câmara de 9 de Dezembro -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

10. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU “É URGENTE A ABOLIÇÃO DAS PORTAGENS NA VIA DO INFANTE”; -----

José Manuel Modesto Dourado informou ter enviado à Assembleia Municipal uma Moção sobre o mesmo assunto mas que a mesma chegou fora do prazo regimental. -----

António Manuel Cipriano Cabrita disse querer apresentar uma Moção alternativa. Após consulta ao Regimento verificou-se a impossibilidade da mesma ser aceite. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes apresentou alterações à Moção a ser votada, dado a diferença de datas entre a apresentação da mesma e a realização da Assembleia e efetuou a leitura da mesma com as devidas alterações. -----

António Manuel Cipriano Cabrita disse considerar exageradas as vezes que é utilizada a palavra morte nestas Moções. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com a abstenção da bancada do **PSD** que leu e entregou Declaração de Voto. O **BE** leu e entregou Declaração de Voto. -----

11. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU “ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL N.º494/2015 SOBRE AS 35 HORAS DE TRABALHO SEMANAL; -----

David Miguel Vasques da Silva frisou que o ideal nas moções seria chegar a um entendimento entre as bancadas para que as mesmas pudessem ter o efeito desejado, visto haver moções demasiado politizadas e informou que apesar do PSD estar muitas vezes de acordo com as ideias nelas explanadas, discorda dos considerandos. Sugeriu ainda que em regimento dever-se-ia permitir que, num trabalho conjunto da Assembleia, se pudesse alterar as Moções para criar consensos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que se houvesse unanimidade ou acordo relativamente a alguma terminologia, não haveria oposição. Disse que aguarda propostas das diversas bancadas para que sejam estudadas as alterações ao regimento. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes procedeu á leitura da Moção. -----

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança disse que a expressão “autarcas submissos” presente na Moção não está adequada a Vila Real de Santo António já que a autarquia foi uma das primeiras a retomara as 35 horas semanais. Relativamente aos trabalhadores da SGU afirmou: *Por vossa vontade não existiam nem 35, nem 40 horas semanais, nem horas*

nenhumas porque vocês votaram contra a criação da empresa municipal. Por conseguinte, nem a empresa existia". -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com a abstenção da bancada do **PSD** que leu e entregou Declaração de Voto. -----

12. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO DO PS “EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE NO ALGARVE”; -----

Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro disse que esta Moção continua pertinente tendo em conta os últimos acontecimentos nos hospitais e fez a seguinte declaração: -----

“Quando se mexe com vidas humanas é de uma sensibilidade imensa que não interessa incutir culpas seja a que executivo ou Governo for. A preservação da vida humana está acima de qualquer interesse partidário. Todos, independentemente da sua posição política, temos de valorizar cada vez mais a saúde. Erros, burocracias e problemas administrativos poderão continuar a custar vidas. Além do sentimento que possamos sentir, em nada alivia o sofrimento das famílias. É necessário urgentemente resolver o problema que várias especialidades no Algarve estão a atravessar. As pessoas têm de continuar a acreditar no Serviço Nacional de Saúde no Algarve”. -----

António Filipe Parra Martins apresentou a seguinte declaração: -----

“A política de fusão e concentração de unidades hospitalares insere-se num quadro mais vasto do Serviço Nacional de Saúde marcado por um processo de degradação da oferta clínica de cuidados de saúde. A degradação que se tem verificado através do encerramento de serviços de proximidade, condicionamento de meios humanos e materiais, alargamento e aumento das taxas moderadoras, apoio aos grupos económicos e financeiros que operam no setor, a diminuição de apoios de transporte de doentes urgentes e crescentes dificuldades no acesso aos medicamentos criando condições para a gradual transferência dos cuidados de saúde para os grandes grupos de privados. A criação do Centro Hospitalar do Algarve resultou no encerramento de valências nos Hospitais de Portimão e Lagos e encontra-se em risco o encerramento de outros serviços. O mesmo não serve o interesse dos Algarvios e do Algarve. Assim, independentemente do conteúdo da moção apresentada pelo PS com a qual, de uma forma geral, estamos de acordo, mas face à gravidade da situação da prestação de cuidados de saúde no Algarve, como comprovam os últimos acontecimentos no Hospital de VRSA e no Hospital de Faro, o conteúdo da Moção fica aquém da realidade e da necessidade de medidas para resolução desta situação”. -----

António Manuel Cipriano Cabrita contou que, num debate de uma rádio pública, com profissionais de saúde foi dito que estas situações deveriam ser debatidas/analizadas à luz do consenso entre os vários intervenientes nesta questão de saúde e, acrescentou: *“Em relação a esta Moção não temos dúvidas em votar contra e exporemos em Declaração de Voto, os motivos que nos levam a assim votar”*. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação. A mesma **NÃO FOI APROVADA** com os votos contra da bancada do **PSD** e a abstenção da bancada da **CDU** que entregou Declaração de Voto. -----

O **PSD** leu e entregou Declaração de Voto. -----

No período de intervenção do público, interveio a munícipe **Celeste Santos** que disse ser beneficiária do apoio ao arrendamento proporcionado pela Câmara Municipal e perguntou o porquê dos sistemáticos atrasos no pagamento dos apoios ao arrendamento. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a minuta da Ata desta sessão a aprovação sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

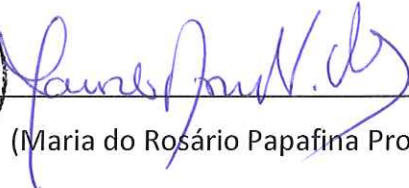
Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e trinta minutos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Primeiro Secretário,


(José Carlos Costa Barros)




(Maria do Rosário Papafina Proença)



Secção de Vila Real e Santo António
Rua Almirante Cândido dos Reis, 98
8900 - 254 VILA REAL/SANTO ANTÓNIO

Declaração de Voto

Não concordamos com os considerandos da Moção, que, no essencial, em nosso entender, não reflectem a realidade do que aconteceu nos últimos anos no Algarve no sector da Saúde, desde logo pelo entendimento de que os problemas na prestação de cuidados de saúde começaram exactamente no dia em que tomou posse a actual administração. Esta postura não é politicamente séria, como nunca o poderia ser ao pessoalizar e partidarizar.

Por outro lado, os considerandos da presente Moção começam também por esquecer os gravíssimos problemas financeiros que existiam no início do período referido (2011), e que ascendiam a cerca de 200 milhões de euros no conjunto dos hospitais de Faro e Portimão.

A estas dívidas, obviamente, deve acrescentar-se o difícil enquadramento de um país que em 2011 estava numa situação de pré-bancarrota, com todos os serviços públicos ameaçados no seu bom funcionamento.

Ainda assim, a criação do Centro Hospitalar do Algarve permitiu, pelos factores de racionalidade introduzidos, uma gestão equilibrada e que sem prejuízo dos problemas conhecidos, assegurou uma prestação de cuidados de saúde sem rupturas.

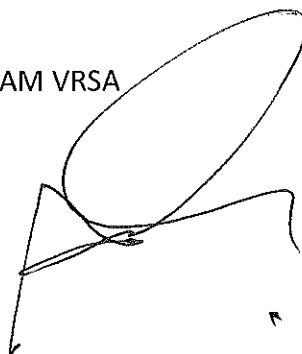
Obviamente que não desconhecemos os problemas que foram acontecendo, e nomeadamente a falta de médicos e de outros profissionais de saúde.

E por isso mesmo – e ainda que não acompanhem os considerandos da moção que pessoalizam e partidarizam – obviamente que não podemos deixar de estar, como sempre estivemos, do lado da defesa de uma cada vez melhor prestação de serviços de Saúde no Algarve, continuando a exigir – agora ao governo do PS, apoiado pelo PCP e pelo BE – como antes exigimos durante o governo PSD/CDS – os recursos humanos, as condições de funcionamento e os meios tecnológicos adequados.

Em resumo: votamos contra a moção por acharmos que visa apenas pessoalizar e partidarizar num tema que devia procurar consensos na sociedade algarvia.

Mas acompanhamos integralmente o exposto nas conclusões, da proposta de moção do PS, nomeadamente, o que consta nas alíneas a), b), c), d) da mesma.

P'la bancada do PSD AM VRSA

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized loop at the top and several smaller, more complex strokes below it, ending in a small arrow-like point.



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

[Handwritten signature]

DECLARAÇÃO DE VOTO

CONCURSO PUBLICO PARA A CONCESSÃO DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Trata-se de uma decisão com implicações para o futuro de gerações deste concelho, independentemente de concordarmos ou discordarmos politicamente da privatização dos serviços, não pode ser tratado de forma precipitada e sem que possamos ser cabalmente esclarecidos dos objectivos, recursos, impactos, financeiros e não financeiros, para os munícipes e para o município.

Este tipo de contratos, pelas implicações futuras no orçamento das famílias e do município, merece um debate aprofundado e não uma decisão precipitada e envergonhada, tomada em reuniões fechadas e sem que as bancadas tenham tempo de analisar e discutir as propostas.

O pouco tempo para análise de documentos estruturantes que foi dado às bancadas para poderem formar opinião sobre documentos extensos e importantes é revelador da forma de actuar da maioria que pretende que esta Assembleia seja relegada a um papel secundário onde a maioria que dispõe limita-se a votar de forma obediente

Talvez não seja um mero acaso que esta proposta, tal como outras que vêm a esta Assembleia no dia de hoje, tenham sido aprovadas em reunião extraordinária de Câmara e de imediato remetidas para aprovação aproveitando uma época em que, por razões históricas, culturais e religiosas, a disponibilidade de pessoas é menor.

Trata-se, em nossa opinião, de um processo para tentar obter dinheiro de forma rápida e deixar a "factura" para que mais tarde outros a paguem, razão pela qual votamos CONTRA.

Vila Real de Santo António, 28 de dezembro de 2015



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Ponto 4

DECLARAÇÃO DE VOTO

ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016

Ressalvando o facto desta declaração e da análise que foi efectuada aos documentos não incluir o conteúdo do parecer da DGAL apenas hoje distribuído pela mesa da Assembleia, constata-se que este orçamento é mais do mesmo.

Mais do mesmo que ao longo dos últimos anos tem sido a política da maioria PSD que conduziu à actual situação financeira do Município.

É um documento repleto de números sobre avaliados para permitir o aumento da despesa;

É um documento que contraria a propalada gestão rigorosa, com a implementação de numerosas medidas que, diz a propaganda oficial, tem permitido a poupança de centenas de milhares de euros;

É um documento onde o investimento continua ausente porque a situação financeira em que o município foi colocado e a repartição do bodo pelas diversas clientelas que ao longo de anos de gestão desastrosa proliferaram em torno da maioria PSD não deixam qualquer margem de manobra (entre estudos, consultorias, pareceres, seminários e exposições continuamos a ter perto de 2 milhões de euros);

Mesmo considerando que todas as correcções referidas no relatório da DGAL tenham sido implementadas, facto que não podemos aferir, este documento vem destapar um conjunto de factos preocupantes.

Senão vejamos:

Na página 2 do relatório “ os saldos globais e primários apresentam um comportamento desfavorável, ... , evidenciando um risco orçamental significativo e um forte desvio face à trajetória prevista”

Mais à frente (página 6) é referido que “ nas despesas correntes apura-se um desvio superior ao PAF no montante de 11,6 milhões de euros”, para continuar referindo “este desvio representa uma subida de 56,1% face ao estimado no PAF para o ano 2016”, para mais à frente dizer “relativamente à aquisição de bens e serviços o elevado desvio desfavorável apurado, que ascende a 5,5 milhões de euros face ao PAF, é justificado pelo município pela dívida contraída em anos anteriores”.



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Só por si estes dois exemplos demonstram o descontrolo orçamental e a falta de transparência nas contas que têm sido apresentadas pela maioria PSD

Mas isto não é tudo:

O relatório refere na sua página 8 que “ o município elaborou um orçamento em inobservância formal ao princípio do equilíbrio orçamental expresso no Artº 40º do RFLAEI

Mas as conclusões do parecer da DGAL são esclarecedoras e demonstram a falta de rigor e o descontrolo na gestão da coisa pública, quando, preto no branco, refere:

“Uma vez que o município já beneficiou da totalidade das tranches inerentes ao empréstimo PAEL e de reequilíbrio financeiro, seria expectável a continuidade no esforço de consolidação orçamental, o que se traduziria numa redução de despesa efectiva face ao PAEL. No entanto, verifica-se que o município considera ainda um avultado montante de dívida transitada, a qual será ainda transitada para o exercício de 2016, sendo que não tem perseguido uma política de consolidação orçamental”.

Para terminar dizendo “ de facto, apesar dos compromissos assumidos no PAF, a dívida da autarquia tem aumentado todos os anos, passando de 67 milhões de euros em 2011 para 79,9 milhões de euros no final do 3º trimestre de 2015” e, mais à frente “de notar que, apesar dos compromissos terem sido assumidos já no âmbito da LCPA, tem-se verificado um aumento dos pagamentos em atraso”.

Este relatório de um organismo oficial à proposta de orçamento apresentado tem, no mínimo, a virtude de não deixar margem para mais enganar! Não, existe, nem existiu, qualquer verdadeira política de redução de gastos, tudo o que tem sido dito pelo executivo PSD não é mais do que pura propaganda!

Pelos factos expostos a bancada do PS vota CONTRA a aprovação do orçamento.

Vila Real de Santo António, 28 de dezembro de 2015



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Ponto 5

DECLARAÇÃO DE VOTO

CONCURSO PUBLICO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECOLHA DE OBJECTOS VOLUMOSOS E RESÍDUOS VERDES, LAVAGEM DE CONTENTORES LIMPEZA URBANA, DE PRAIAS E RIBEIRAS DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Depois de ter recorrido ao PAEL, a um processo de reequilíbrio financeiro e, mais recentemente, ao FAM para fazer face ao excesso de despesas com que durante anos o executivo PSD brindou os munícipes do concelho atirando para as próximas gerações a obrigação de suportar os custos, vem agora apresentar um processo de concessão do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, recolha de objectos volumosos e resíduos verdes, lavagem de contentores, limpeza urbana, de praias e ribeiras no concelho.

Na proposta refere-se que "se prevê alcançar uma considerável diminuição da despesas aliada a uma substancial melhoria da qualidade do serviço prestado aos munícipes" mas não se quantifica os ganhos, nem se fundamenta como se vai conseguir diminuir custos e aumentar a eficiência.

Por outro lado no nº 3 da cláusula 8ª do caderno de encargos refere-se explicitamente que o adjudicatário integrará obrigatoriamente nos seus quadros todo o pessoal afectos à gestão dos sistemas integrados do Município e na empresa VRSA SGU, dedicando um anexo à relação do pessoal em causa.

Trata-se pois duma equação difícil de compreender! Como pode o mesmo pessoal dentro de uma entidade que, obviamente pretenderá vir a ter lucro na sua operação, melhorar a qualidade do serviço e diminuir custos?

A menos que a actual gestão de pessoal e meios seja de tal forma incompetente, situação que custa-nos muito a aceitar como verdadeira, não conseguimos entender que uma qualquer empresa possa tomar conta do negócio, com o mesmo pessoal, sendo obrigada a forte investimento na aquisição de equipamento novo (tal como é exigido no nº 1 da cláusula 32ª) e, de um dia para o outro, o consiga.

Onde estão os estudos que sustentam tais afirmações?

E se os funcionários com vínculo à função pública recusarem a sua cedência, ainda que temporária, à entidade que vier a ganhar o concurso, o que vai o município fazer?

São demasiadas dúvidas e demasiada falta de informação pelo que votamos CONTRA.

Vila Real de Santo António, 28 de dezembro de 2015



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Pontos 6 e 7

DECLARAÇÃO DE VOTO

CONCURSO PUBLICO PARA COCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DOS POLIDESPORTIVOS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

CONCURSO PARA A CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO NO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA RELA DE SANTO ANTÓNIO

Por princípio o PS não está, nunca esteve, nem estará, contra medidas que possam trazer investimento, dinamismo e emprego para o concelho.

Consideramos porém que a zona em causa já está fortemente condicionada por uma excessiva concentração de equipamentos (complexo desportivo, escolas, centro de saúde, serviço básico de urgência, unidade de cuidados continuados, biblioteca, piscinas e morgue) criando desequilíbrios na gestão do espaço urbano.

Uma cidade deve ser pensada como um todo e não de forma desgarrada e parcelar como tem vindo a ser feito pelo executivo com o sistemático recurso a planos de pormenor.

A excessiva concentração de equipamentos cria vazios de movimento e de vida na cidade, porque as pessoas tendem a concentrar-se na zona onde estão os equipamentos deixando o resto dos locais desertos.

Consideramos também que numa cidade pensada e estrutura os equipamentos devem ser dispersos para permitir/obrigar a mobilidade das pessoas e dar vida a toda a cidade e nao apenas a parte desta

O que o município vem agora aprovar, independentemente dos méritos que possa ter, vai sobrecarregar ainda mais a zona com novos equipamentos. A demonstrar-se a sua necessidade, utilidade e contribuição para o desenvolvimento e criação de emprego, deveriam, em nossa opinião, ser localizados noutra zona dando mais e melhor vida à cidade.

A centralização de equipamentos num único local, que foi teorizada e implementada desde a década de 50 do século passado, há muito foi considerada uma solução errada tendo sido abolida das boas práticas de urbanismo.

Para além desta questão de carácter estrutural, colocam-se ainda algumas reservas sobre a consuação dos processos.



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Se em relação ao equipamento hoteleiro falta a demonstração da viabilidade e do impacto que poderá ter sobre as debilitadas unidades hoteleiras, existentes quer em Vila Real de Santo António, quer em Monte Gordo, já no tocante à solução de renovação de equipamentos a troco de cedência de área comercial, falta a informação sobre o tipo e características da mesma, o respectivo impacto na economia do concelho e se a sua localização não poderá vir a contribuir para desviar potenciais clientes da zona comercial que o centro da cidade ainda representa, o que poderá representar mais um factor negativo a juntar à anterior decisão de tarifar o estacionamento numa zona tão grande da cidade.

No entanto, por coerência com os nossos princípios e para que a diáspora do emprego não possa ser posta em causa, abstinemo-nos na votação.

Vila Real de Santo António, 28 de dezembro de 2015



DECLARAÇÃO DE VOTO

A forma como, mais uma vez, um tão vasto conjunto de propostas é apresentado, primeiro em sessão de Câmara extraordinária e agora nesta assembleia também extraordinária, convocada para dia 28 de Dezembro – período que anualmente é referenciado como desadequado para a realização de reuniões deste órgão – demonstra do executivo PSD a urgência que tem em pôr em prática o plano de resgate que veio preparando no último ano e que prevê a privatização de património e serviços municipais.

Após a rejeição pela DGAL – Direção Geral da Autarquias Locais, da primeira proposta de Orçamento para 2016, a reapreciação do Orçamento com a inclusão das correções orçamentais exigidas pela autoridade reguladora que controla as contas do município que, por iniciativa da maioria PSD, se sujeitou aos mecanismos de correção de endividamento excessivo — primeiro PAEL, depois FAM, foi votada na sessão de Câmara de 17 de Dezembro.

Assim como aconteceu na sessão de Câmara, também a esta Assembleia vem agora uma longa lista de medidas que o executivo PSD pretende desenvolver, precipitando decisões que condicionarão o concelho por décadas, sem o devido esclarecimento à população, aos eleitos e aos órgãos autárquicos.

Pela sua natureza e prazo, estas novas propostas têm associada não apenas a entrega de serviços a privados, mas a abertura para a privatização em áreas sensíveis da vida municipal, como o abastecimento de água às populações, o saneamento básico, a recolha de lixo domésticos e industriais, a limpeza de rios, ribeiras e praias, o complexo desportivo municipal, bem como a gestão e entrega dos ramais pagos com o investimento público e até com fundos comunitários.

Toda a lógica desta estratégia, só reversível com graves prejuízos para os cofres do município, obriga a câmara municipal a abdicar do exercício das suas competências de proximidade e de gestão junto das populações em áreas primordiais da vida quotidiana e confirma a análise feita pela CDU e apresentada em declarações de voto quando das aprovações do PAEL e do FAM em cuja proposta final acabou por incluir mais de dois milhões de euros destinados à cobertura dos prejuízos da SGU.

O que se está aqui a propor são passos acelerados no caminho para a privatização do sistema das águas e saneamento, com as consequências que isto terá para a população que vai ficar sujeita a um agravamento dos preços e, provavelmente, a uma menor qualidade.

Lógicas de gestão privadas estão na base da construção de uma unidade hoteleira privada dentro do Complexo Desportivo Municipal de Vila Real de Santo António.

Todos os equipamentos e redes de abastecimento ou recolha que custaram uma vida inteira de sacrifícios ao erário público vão ser transferidos para o património das empresas vencedoras dos concursos.

O conjunto de decisões que estão sujeitas à apreciação desta Assembleia Municipal são de uma enorme gravidade. Em marcha está há vários anos uma política de endividamento irresponsável, compensado com o agravamento das taxas e tarifas municipais, com a alienação e privatização do património e serviços públicos. Tais opções da maioria PSD, a concretizarem-se, significam que o futuro do concelho ficará hipotecado para as próximas gerações. E tudo isto é feito, não só de forma

inaceitável perante os órgãos de decisão – câmara e assembleia municipal – transformando-os numa espécie de notários das decisões políticas da maioria PSD, mas também, às escondidas da própria população que, na sua esmagadora maioria, desconhece os reais impactos destas medidas.

A CDU não só não acompanha este caminho que está a ser concretizado, como alertará e mobilizará as populações para que manifestem a sua opinião face a estas medidas.

Para a CDU, o que faz todo o sentido é que a gestão dos serviços públicos da competência da câmara municipal continue a ser feita por administração direta, com a distribuição do trabalho por todos os eleitos, a participação dos trabalhadores e das populações, pois esta é a única forma de garantir que o produto da economia local não vá parar ao desperdício ou ao aumento dos lucros do sistema financeiro.

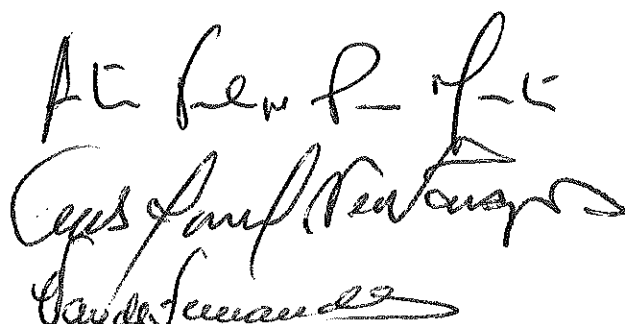
Para a CDU, tal como o povo português removeu nas últimas eleições legislativas a maioria PSD/CDS que quase deixava o país de rastros, também saberá julgar a política de direita que o PSD aplica em Vila Real de Santo António, removendo-a da câmara, dando mais força à CDU, cujo projecto autárquico se afirma cada vez mais como a única alternativa para o concelho de VRSA.

Esta declaração de voto fundamenta o nosso voto contra nos seguintes pontos:

- ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016;
- CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECOLHA DE OBJETOS VOLUMOSOS ("MONSTROS" OU "MONOS") E RESÍDUOS VERDES, LAVAGEM DE CONTENTORES, LIMPEZA URBANA, DE PRAIAS E RIBEIRAS NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E NAS FREGUESIAS DE CASTRO MARIM E DE ALTURA, AMBAS DO CONCELHO DE CASTRO MARIM;
- CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DOS POLIDESPORTIVOS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- CONCURSO PARA A CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO NO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ADITAMENTO AO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO EM MONTE GORDO;

Vila Real de Santo António, 28 de dezembro de 2015

Os eleitos da CDU





Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: *Apreciação e votação do concurso público internacional para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, recolha de objetos volumosos e resíduos verdes, lavagem de contentores, limpeza urbana, de praias e ribeiras no concelho de VRSA e nas freguesias de Castro Marim e Altura.*

O Bloco de Esquerda é radicalmente contra a possibilidade de entregar a privados a gestão de serviços municipais. Os serviços públicos de recolha de resíduos e de limpeza devem permanecer sempre na esfera pública. Uma câmara municipal não deve nunca privar-se das suas competências de gestão pública dos serviços municipais, no caso concreto da recolha de resíduos sólidos urbanos, resíduos verdes, lavagem de contentores e limpeza urbana, de praias e de ribeiras. Foi uma das conquistas de Abril e da democracia. Compete aos eleitos democraticamente, assim como às populações, gerir os serviços públicos municipais.

Este executivo camarário de maioria PSD revela, com estas propostas de entregar a privados o que é de todos, a sua real identidade ideológica. A sua estratégia é a da privatização dos serviços municipais e a da alienação de património; estratégia favorável aos grupos financeiros e não aos trabalhadores e população em geral, que continuarão acorrentados a uma dívida cruel e sujeitos ao pagamento de taxas e tarifas municipais nos seus valores máximos.

O voto do Bloco de Esquerda é contra.

Vila Real de Santo António, 28 de Dezembro de 2015

José Dourado



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: *Apreciação e votação do concurso público para a concessão e exploração dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do município de Vila Real de Santo António.*

O Bloco de Esquerda é radicalmente contra a possibilidade de entregar a privados a gestão de serviços municipais. Os serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais devem permanecer sempre na esfera pública. Uma câmara municipal não deve nunca privar-se das suas competências de gestão pública dos serviços municipais, no caso concreto do abastecimento de água e do saneamento básico. Foi uma das conquistas de Abril e da democracia. Compete aos eleitos democraticamente, assim como às populações, gerir os serviços públicos municipais.

Este executivo camarário de maioria PSD revela, com estas propostas de entregar a privados o que é de todos, a sua real identidade ideológica. A sua estratégia é a da privatização dos serviços municipais e a da alienação de património; estratégia favorável aos grupos financeiros e não aos trabalhadores e população em geral, que continuarão acorrentados a uma dívida cruel e sujeitos ao pagamento de taxas e tarifas municipais nos seus valores máximos.

O voto do Bloco de Esquerda é contra.

Vila Real de Santo António, 28 de Dezembro de 2015

José Dourado





Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: *Apreciação e votação do orçamento municipal para o ano económico de 2016.*

O orçamento apresentado pelo executivo PSD para o ano de 2016 continua a ser, como os de 2014 e 2015, o orçamento das restrições e da máxima austeridade imposta pelo programa de apoio a que o município recorreu. Tal significa, nomeadamente, a aplicação das taxas máximas nos vários impostos municipais e a necessidade de contenção máxima de despesas. Tal significa uma corrente à volta do pescoço dos munícipes vila-realenses durante duas décadas. Além das obrigações legais decorrentes do PAEL, este orçamento para 2016 contempla as verbas pedidas ao Fundo de Apoio Municipal, que quase atingem os 18 milhões de euros, fruto também da inclusão de mais de 2 milhões de euros para tapar o buraco financeiro da empresa municipal SGU. Ou seja, mais dívida acumulada, mais dívida para pagar.

Há um ano atrás, foi o próprio executivo municipal quem confessou sentir-se como um doente terminal. A aguda doença de que padece, cujo sintoma mais preocupante é a dívida gigantesca que não para de crescer, parece não ter cura à vista. É a própria Direção Geral das Autarquias Locais quem aponta o dedo ao Município, na medida em que este, aparentemente, não tem seguido à risca toda a medicação.

Uma coisa é inegável: com este Orçamento altamente restritivo e com a estratégia política – que poderíamos apelidar de fúria privatizadora - seguida pelo executivo de maioria PSD – os munícipes do presente e do futuro verão as suas vidas muitíssimo sombreadas, pois ficarão acorrentados a uma dívida incessante, sujeitos ao pagamento de taxas e de tarifas nos seus valores máximos, e estarão reféns de grupos privados que se preparam para ficar com os serviços públicos essenciais nas suas mãos.

Perante este grave cenário, o Bloco de Esquerda vota contra este orçamento municipal.

Vila Real de Santo António, 28 de Dezembro de 2015

José Dourado

20



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assuntos: Apreciação e votação do concurso público de conceção, construção e exploração para renovação dos polidesportivos do complexo desportivo de VRSA;

Apreciação e votação do concurso para a conceção, construção, exploração e gestão de equipamento hoteleiro no complexo desportivo de VRSA.

O Bloco de Esquerda é radicalmente contra a possibilidade de entregar a privados a gestão de serviços municipais. O complexo desportivo municipal de Vila Real de Santo António é de natureza pública, e as propostas que o executivo de maioria PSD nos apresenta revelam uma lógica de gestão completamente afastada da lógica de gestão pública.

Este executivo camarário de maioria PSD revela, com estas propostas de entregar a privados o que é de todos, a sua real identidade ideológica. A sua estratégia é a da privatização dos serviços municipais e a da alienação de património; estratégia favorável aos grupos financeiros e não aos trabalhadores e população em geral, que continuarão acorrentados a uma dívida cruel e sujeitos ao pagamento de taxas e tarifas municipais nos seus valores máximos.

O voto do Bloco de Esquerda é contra.

Vila Real de Santo António, 28 de Dezembro de 2015

José Dourado

Declaração

MOÇÃO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Atendendo ao Acórdão n 494/2015 de 07 de Outubro do tribunal constitucional ~~declarou~~ a interferência do Governo na celebração de acordos coletivos, vimos relembrar a esta assembleia que a CM VRSA foi uma das primeiras a restabelecer o horário das 35 horas, não partidarizando a questão e colocando-se sempre do lado dos trabalhadores da autarquia,

Não recebemos lições quanto à defesa dos direitos dos trabalhadores do município em particular os da empresa municipal, cuja criação foi criticada e cujos postos de trabalho só foram possíveis como trabalho e compromisso deste executivo

Não aceitamos portanto a partidarização dos direitos dos nossos trabalhadores quer sejam da VRSA SGU ou da CM VRSA e reiteramos a disponibilidade para defender condições justas e igualitárias na prestação do seu trabalho,

Assim propomos ~~que esta assembleia solicite~~ à administração da VRSA SGU,

que inicie o processo negocial com vista ao estabelecimento das 35 horas de trabalho semanal.

Vila Real de Santo António, 28 de dezembro de 2015

A Bancada do PSD

[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in green ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Robert & Nto

Robert

Robert & Nto

Robert & Nto

Robert & Nto



Secção de Vila Real e Santo António
Rua Almirante Cândido dos Reis, 98
8900 - 254 VILA REAL/S^{to} ANTÓNIO

Declaração de Voto

Após a renegociação das parcerias público-privadas (PPP's rodoviárias), que ocorrem durante o presente ano de 2015, a nossa proposta era de que as poupanças daí decorrentes, revertissem de imediato a favor dos utentes, implicando uma forte redução do valor das portagens. Ora, se essa era a proposta do PSD durante a recente campanha eleitoral, não seria responsável, agora que o governo que já não é da coligação PSD/CDS, exigir a abolição imediata das portagens, que deverão ocorrer a prazo.

P'la bancada do PSD AM VR&A

